



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

459
M

1ª Câmara de Direito Público

Agravo do Agravo nos autos do Agravo de Instrumento nº 0266462-6 (NPU nº 0002640-11.2012.8.17.0000)

Agravante: Município de Garanhuns

Agravada: HSBC – Bank Brasil S/A – Banco Múltiplo e outro

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

EMENTA: AGRAVO. AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA. RECURSO REPETIDO. UNIRRECORRIBILIDADE DAS DECISÕES. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. AGRAVO INADMITIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Analisando detidamente a questão, vê-se que este Recurso de Agravo pretende rediscutir matéria idêntica a de outro Recurso de Agravo antes interposto (fls. 390/396), e que já foi oportunamente julgado à unanimidade de votos (fls.434/435) pela 1ª Câmara de Direito Público.
2. No acórdão do primeiro Agravo ficou decidido pela ausência de legitimidade do autor em promover a execução fiscal de nº 0001724-36.2008.8.17.0640 e, outra vez, o agravante apresenta as mesmas alegações.
3. Com efeito, não é possível a interposição de recursos repetidos, pela mesma parte e em face de uma mesma decisão, em razão do princípio da unirrecorribilidade e da preclusão consumativa.
4. Agravo Legal não conhecido.
5. Decisão por unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos este Agravo do Agravo nos autos do Agravo de Instrumento nº 0266462-6 (NPU nº 0002640-11.2012.8.17.0000), sendo partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, não conhecer do Agravo Legal, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 27 de 05 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

AGO
11

1ª Câmara de Direito Público

Agravo do Agravo nos autos do Agravo de Instrumento nº 0266462-6 (NPU nº 0002640-11.2012.8.17.0000)

Agravante: Município de Garanhuns

Agravada: HSBC – Bank Brasil S/A – Banco Múltiplo e outro

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo interposto em face de outro Recurso de Agravo, ambos propostos pelo Município de Garanhuns, nos autos do Agravo de Instrumento nº 0266462-6.

O primeiro Recurso de Agravo manteve a Decisão Terminativa que reconheceu a ilegitimidade *ad causam* do Município exequente para, de consequência, atribuir o efeito expansivo objetivo, e extinguir a Execução Fiscal de nº 0001724-36.2008.8.17.0640.

Irresignado, o Autor propôs o presente Agravo, aduzindo as mesmas razões do Recurso de Agravo antes interposto, bem como que a jurisprudência que ensejou a decisão terminativa, qual seja, o Resp nº 1.060.210/SC, além de não se aplicar ao caso em apreço, ainda não transitou em julgado, razão porque não deve servir de base para o julgamento do presente caso.

Requer, ao final, seja conhecido e provido o presente recurso, com a consequente continuidade da ação executiva.

É relatório.

Recife, 27 de 09 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

461
M

1ª Câmara de Direito Público

Agravo do Agravo nos autos do Agravo de Instrumento nº 0266462-6 (NPU nº 0002640-11.2012.8.17.0000)

Agravante: Município de Garanhuns

Agravada: HSBC – Bank Brasil S/A – Banco Múltiplo e outro

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO

Analizando detidamente a questão, vê-se que este Recurso de Agravo pretende rediscutir matéria idêntica a de outro Recurso de Agravo antes interposto (fls. 290/296), e que já foi oportunamente julgado à unanimidade de votos, conforme se depreende do Acórdão acostado às fls.434/435, como segue:

“EMENTA: AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA. EFEITO EXPANSIVO OBJETIVO PARA EXTINGUIR A EXECUÇÃO FISCAL. ILEGITIMIDADE ATIVA. INCIDÊNCIA DE ISS SOBRE OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. NA VIGÊNCIA DO DL 406/68 A COMPETÊNCIA É DO MUNICÍPIO DA SEDE DO ESTABELECIMENTO PRESTADOR. A PARTIR DA LC 116/03 A COMPETÊNCIA É DO MUNICÍPIO ONDE O SERVIÇO FOI PRESTADO. O FATO GERADOR, NESSE CASO, É A DECISÃO SOBRE A CONCESSÃO DO FINANCIAMENTO. AGRAVO DESPROVIDO.

1 - Há incidência de ISS sobre operações de arrendamento mercantil, questão pacificada no Supremo Tribunal Federal, através do julgamento do RE nº 592.905/SC, e conforme dispõe a súmula 138¹ do STJ.

2 - O Superior Tribunal de Justiça, em 28/11/2012, por ocasião do julgamento do REsp nº 1060210/SC, dirimiu a questão, posicionando-se no sentido de que o sujeito ativo da relação tributária, na vigência do DL 406/68, é o Município da Sede do estabelecimento prestador (art. 12), sendo que, a partir da LC 116/03, é todo aquele onde o serviço é prestado.

3 - Nos casos de leasing, donde o serviço oferecido é o financiamento de bens móveis, há que se imputar como local da prestação do serviço aquele onde se completa a relação jurídica, ou seja, onde ocorreu a autorização sobre a concessão do financiamento, pois que é ali que se concentram os poderes

¹ Súmula 138. “O ISS incide na operação de arrendamento mercantil de coisas móveis.”



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

462
M

decisórios, com todas as providências para este fim, com a elaboração das cláusulas contratuais e operacionais, bem como a liberação do valor financiado para a aquisição do bem arrendado.

4 - O fato gerador, nesses casos, é a decisão sobre a aprovação do financiamento. É no local onde se deu o ato decisório que deve ser cobrado o ISS. A prática de procedimentos acessórios ou auxiliares para a consecução do serviço principal, como se depreende do caso em apreço, não gera o crédito tributário.

5 - Assim, sendo o financiamento o serviço do qual recai o fato gerador, tem-se que a competência para a cobrança do imposto em comento é do município onde se deu a autorização para a liberação do valor e não, como tenta demonstrar o exequente, no Município onde apenas se deu o registro dos automóveis (emplacamentos), com as devidas anotações ou baixas, bem como os procedimentos de vistoria dos veículos.

6 - Doutra banda, quanto à alegação do agravante de que o julgado acima não se aplica ao caso em apreço, porquanto naquele caso o lançamento se deu por arbitramento, e, nesse, por homologação, vê-se que não deve prevalecer. Isso porque, independentemente do lançamento ter sido por arbitramento ou por homologação, tem-se que o Município agravante continua não sendo o competente para cobrar o ISS, porquanto foi apenas onde se deu os registros dos veículos e não onde se deu o fato gerador.

7 - Recurso de Agravo Legal desprovido, para manter a decisão terminativa de que atribuiu efeito expansivo objetivo e extinguiu a Execução Fiscal de nº 0001724-36.2008.8.17.0640.

8 - Decisão unânime."

No acórdão do primeiro Agravo ficou decidido pela ausência de legitimidade do autor em promover a execução fiscal de nº 0001724-36.2008.8.17.0640 e, outra vez, o agravante apresenta as mesmas alegações.

Com efeito, não é possível a interposição de recursos repetidos, pela mesma parte e em face de uma mesma decisão, em razão do princípio da unirrecorribilidade e da preclusão consumativa. Este é o entendimento da jurisprudência, *in verbis*:

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

463
M

PRECLUSÃO CONSUMATIVA. 1. Interpostos dois recursos pela mesma parte contra a mesma decisão, não se conhece daquele apresentado em segundo lugar, por força do princípio da unirrecorribilidade e da preclusão consumativa. 2. Agravo regimental não conhecido. (STJ - AgRg no REsp: 1337609 SP 2012/0165018-8, Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 20/06/2013, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 28/06/2013, undefined)

AGRAVOS REGIMENTAIS. PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. INTEMPESTIVIDADE. 1. Interpostos dois recursos pela mesma parte contra a mesma decisão, não se conhece daquele apresentado em segundo lugar, por força do princípio da unirrecorribilidade e da preclusão consumativa. 2. Não se conhece de recurso interposto fora do prazo legal. 3. Agravos regimentais não conhecidos. (STJ - AgRg no Ag: 1401025 SC 2011/0029149-5, Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 16/06/2011, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 27/06/2011, undefined)

Assim, voto no sentido de não conhecer o presente Recurso de Agravo, por ser manifestamente inadmissível.

É como voto.

Recife, 27 de 05 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator